

CAMINHOGRAFIA COMO PRÁTICA ESTRANGEIRA

CAMINOGRAPHY AS A FOREIGN PRACTICE

EDUARDO ROCHA

RESUMO: Este ensaio propõe a caminhografia urbana como prática estrangeira, abordando a tensão entre o pertencimento e o não pertencimento ao espaço urbano. Caminhar na cidade produz trajetórias entre o ordinário e o extraordinário, o que transforma o espaço em território de passagens e deslocamentos. A caminhografia é entendida como método e prática estética, política e sensível, que se realiza no trânsito e na alteridade. O texto dialoga com o conceito freudiano do estranhamento familiar (Unheimlich), a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari e a prática estética do caminhar de Francesco Careri, considerando o caminhar como gesto de criação contínua, abertura e escuta. Também se afirma seu caráter ético e político, ao recuperar visibilidade para zonas marginalizadas e afirmar o direito de narrar e estar no espaço. O trabalho do artista Paulo Nazareth é exemplar dessa prática em devir, construindo cartografias sensíveis do encontro e da diferença e transformando o caminhar em exercício de coautoria, hospitalidade inquieta e resistência no espaço urbano. Assim, a caminhografia configura-se como dispositivo crítico de descolonização do sentido urbano, articulando ética, estética e política a partir da experiência sensível do corpo em movimento.

Palavras-chave: Caminhografia Urbana, Prática Estrangeira, Unheimlich, Lugar de Fala, Filosofia da Diferença.

ABSTRACT: This essay proposes urban walkgraphy as a foreign practice, addressing the tension between belonging and non-belonging within urban space. Walking through the city produces trajectories between the ordinary and the extraordinary, transforming space into a territory of passages and displacements. Walkgraphy is understood as both method and aesthetic, political, and sensorial practice, one

that takes place through movement and alterity. The text engages with Freud's concept of the uncanny (Unheimlich), Deleuze and Guattari's philosophy of difference, and Francesco Careri's aesthetic practice of walking, considering the act of walking as a gesture of continuous creation, openness, and listening. Its ethical and political dimensions are also affirmed, as it restores visibility to marginalised zones and asserts the right to narrate and to inhabit space. The work of the artist Paulo Nazareth exemplifies this practice-in-becoming, constructing sensitive cartographies of encounter and difference, and transforming walking into an exercise in co-authorship, restless hospitality, and resistance within urban space. Thus, walkgraphy emerges as a critical device for the decolonisation of urban meaning, articulating ethics, aesthetics, and politics through the sensorial experience of the body in movement.

Keywords: Urban Caminography, Foreign Practice, Uncanny, Speaking Position (Lugar de Fala), Philosophy of Difference.



Fig. 1 - Notícias da América, Paulo Nazareth, 2011-2012. Fonte: <https://www.premiopia.com/2017/05/paulo-nazareth-caminha-literalmente-para-residencia-artistica-em-ny-como-parte>

Estou num lugar de fronteira. Entre os brancos, eu fico negro. Meu cabelo me faz negro. A polícia, quando me toma como suspeito, me vê como negro. Se eu fosse um pouco mais negro, eu seria culpado. Mas eu sou só um suspeito (Nazareth, Paulo, 2013).

Perder-se na cidade cria linhas, trajetórias e comunicações entre o ordinário e o extraordinário (Rocha & Santos, 2024, p. 23). O ato de caminhar carrega algo de estrangeiro. O corpo¹⁸ em deslocamento nunca está plenamente em casa: ele se descola do chão que pisa e, simultaneamente, se deixa atravessar por ele. Caminhar é habitar a tensão entre estar e não pertencer, entre o familiar e o estranho, o conhecido e o que resiste à domesticação.

A caminhografia urbana – prática estética, política e sensível – emerge dessa fricção.¹⁹ O movimento se converte em instrumento de investigação: atravessar ruas é reabrir espaços, registrar intensidades, perceber o invisível, inscrever trajetórias e histórias. É uma forma de pensar em deslocamento, de habitar a política do fora, de criar desvios e cartografar afectos.²⁰

A noção de “prática estrangeira”, desenvolvida neste ensaio, não substitui a caminhografia urbana, mas a prolonga. Trata-se de um desdobramento concei-

tual que enfatiza o deslocamento, o não saber e a atenção ao fora como condições epistemológicas e éticas do caminhar. Assim, a caminhografia estrangeira surge como variação da caminhografia urbana, ampliando sua dimensão crítica e sensível.

O *Verbolário da Caminhografia Urbana*²¹ surge dessa prática e desse modo de pensar. Ele compõe um léxico da andança urbana, articulando palavras que funcionam como gestos, escutas e variações de atenção. Mais do que um repertório de palavras, ele é um campo de ações: cada verbo traduz um gesto, uma escuta, uma variação da atenção. O verbo, nesse contexto, é corpo em ato, pensamento em movimento. As palavras que o compõem nascem do chão percorrido, da experiência partilhada, das oficinas e caminhadas em que a cidade se torna texto e corpo simultaneamente. O *Verbolário* propõe uma gramática do andar — uma escrita feita de trajetos, pausas e desvios — em que verbo e gesto se confundem e a linguagem se dobra sobre o corpo que a produz.

Caminhografar, nesse sentido, é estranhar. Estranhar não como afastamento, mas como aproximação oblíqua, contato que se dá pela diferença. O caminhar torna-se tradução imperfeita, prática estrangeira que transforma o espaço urbano em território de passagens, desvios e desajustes. Ao caminhar, o corpo se expõe ao inesperado, aprende a habitar o intervalo e a perceber o mundo a partir do fora — do limiar, do estranhamente familiar — onde a linguagem ainda não se fixou e o sentido ainda está por vir.

18 Na filosofia da diferença, o Corpo (termo central em Spinoza, retomado por Deleuze e Guattari) é entendido não apenas como uma forma orgânica ou biológica, mas como uma capacidade de afetar e ser afetado por outros corpos. O corpo é um conjunto de relações (*affectio* e *affectus*) e não uma identidade fixa. Essa perspectiva despsicologizada e imanente é a base para conceitos como “Corpo sem Órgãos” (CsO), que representa a desterritorialização e a liberação de fluxos e potências.

19 A caminhografia urbana, conforme desenvolvida pelos autores, constitui uma metodologia de pesquisa-ação-criação focada no caminhar lento, no registro sensível e na transformação do cotidiano em material de investigação.

20 O conceito de afecto (ou *affectus*) em Deleuze e Guattari, com origem na filosofia de Spinoza, é um termo técnico que não se confunde com sentimento ou emoção. Refere-se a um devir ou uma transição entre estados, ou seja, o aumento ou a diminuição da potência de agir de um corpo (sua capacidade de afetar e ser afetado). Deve ser rigorosamente distinguido da afecção (*affectio*), que é o encontro físico ou o traço desse encontro no corpo.

21 Disponível em: <https://editoracaseira.com/verbolario/>

O ESTRANHAMENTE FAMILIAR

Em *Das Unheimliche* (1919), Sigmund Freud introduz o conceito de estranhamente familiar (*Unheimlich*)²² como aquilo que, apesar de íntimo, se torna inquietante. Segundo Freud:

O Unheimlich é, por sua própria natureza, algo que deveria permanecer oculto e secreto, mas que retorna à consciência de forma perturbadora (Freud 1919/1996, p. 291).

O *Unheimlich* não é o desconhecido absoluto, mas o familiar que surge de maneira deslocada e inesperada, provocando assombro e inquietação. Ele se manifesta quando experiências, desejos ou lembranças reprimidas retornam à consciência, rompendo a aparente segurança do cotidiano. Freud destaca:

O estranho não é o que é totalmente novo, mas o que, por ser conhecido, deveria permanecer na obscuridade da nossa vida psíquica e é revelado de forma inquietante (Freud 1919/1996, p. 283).

Na perspectiva da caminhografia urbana, caminhar permite perceber o ordinário da cidade sob novas lentes, expondo recantos, detalhes e elementos que normalmente passam despercebidos ou são marginalizados pelo planejamento urbano e pelo sentido cotidiano. O caminhar atua como dispositivo de exposição do retorno do reprimido urbano: fachadas descuidadas, objetos esquecidos, sons e cheiros inesperados transformam o familiar em perturbador.

Freud associa ainda o Unheimlich à infância e à memória reprimida:

O estranho é, em essência, aquilo que nos remete à infância e às experiências que foram recalçadas, mas que insistem em reaparecer na vida adulta (Freud 1919/1996, p. 287).

No contexto da caminhografia, isso se manifesta quando detalhes aparentemente banais — um portão entreaberto, uma parede descascada, ou uma árvore invadindo a calçada — evocam memórias ou sensações esquecidas, revelando a dimensão histórica, sensível e afetiva da cidade.

O *Unheimlich* envolve também a coexistência do familiar e do estranho:

O efeito do estranhamente familiar depende da coexistência do conhecido e do desconhecido, daquilo que nos é íntimo e que, de repente, se torna perturbador (Freud 1919/1996, p. 297).

Caminhar permite capturar essa tensão: os espaços cotidianos, quando observados com atenção, revelam zonas de indiscernibilidade onde corpo e território se confundem, e onde a experiência sensível desafia previsibilidade e controle.

Exemplos urbanos do *Unheimlich*:

- Objetos ou sinais abandonados em espaços públicos que surpreendem pela presença inesperada;
- Fragmentos arquitetônicos negligenciados que evocam memórias e usos passados do espaço;
- Recantos pouco frequentados, onde luz, som ou cheiro diferem da rotina, provocando sensação alterada;
- Elementos naturais que emergem em contextos urbanos, lembrando que a cidade não é totalmente controlável.

Freud aponta que o *Unheimlich* possui função estética e emocional, produzindo medo, surpresa ou fascínio:

A sensação de estranheza é frequentemente ligada a uma estética do medo, mas também pode abrir o caminho para uma percepção ampliada

²² O termo *Unheimlich* é frequentemente traduzido como “estranhamente familiar” ou “inquietante”. A etimologia da palavra, que remete ao “não doméstico” (*un-heim*) e ao “oculto” (*heimlich*), é crucial para a compreensão freudiana do conceito.

da realidade, que ultrapassa a rotina e o ordinário (Freud 1919/1996, p. 298).

No contexto urbano, isso se traduz na capacidade do caminhógrafo de perceber novos sentidos e narrativas, revelando zonas de exclusão, esquecimentos e possibilidades de intervenção. Caminhar transforma-se em gesto de atenção, cuidado e restituição sensível, afirmando o direito de narrar e experimentar a cidade.

Desdobramentos teóricos do *Unheimlich* na caminhografia urbana:

- O retorno do reprimido e o espaço urbano: elementos reprimidos retornam à consciência; a caminhografia identifica histórias e usos invisibilizados, expondo memórias urbanas persistentes.
- Repetição e *déjà-vu*: trajetos conhecidos ou redescoberta de espaços cotidianos evocam familiaridade deslocada, revelando tensões entre passado e presente.
- O Duplo: certos espaços funcionam como espelhos do corpo e da sociedade, revelando dimensões negligenciadas ou marginalizadas do urbano.
- Temporalidade e memória urbana: caminhar permite perceber sobreposições temporais na cidade, marcas de usos anteriores e memórias materiais que escapam à normatividade urbana.
- Função política e ética: ao tornar visíveis zonas esquecidas ou marginalizadas, o caminhar assume caráter ético e político, possibilitando leitura crítica da cidade e reafirmando o direito à experiência urbana.

O estranhamente familiar funciona como método de descoberta e invenção urbana. Confrontar o familiar de modo inquietante permite à caminhografia revelar novos percursos, recantos silenciosos e possibilidades de intervenção, transformando o ordinário em extraordinário e a cidade em campo de criação, resistência e sensibilidade compartilhada.

O *estranhamente familiar* opera na psicanálise como passagem do recalco à alteridade. Em Freud,

é o retorno do reprimido, a irrupção do que deveria permanecer oculto; em Lacan, o encontro com o real, aquilo que escapa à linguagem e desestabiliza o sujeito (Lacan, 1988). Julia Kristeva e Anthony Vidler deslocam esse campo para o corpo e para o espaço: o inquietante surge como abjeção, ruína ou desvio, onde o familiar se rompe e o estranho se infiltra, revelando o inconsciente da modernidade (Kristeva, 1982; Vidler, 2013). Em Derrida e Butler, o *Unheimlich* adquire dimensão ética: reconhecer que o outro habita em nós, que toda interioridade é atravessada pelo fora, e que a vulnerabilidade é condição de coexistência (Derrida, 2003; Butler, 2019). O caminhar, nesse horizonte, torna-se gesto de exposição: o corpo reencontra na cidade seus próprios estranhamentos, zonas recalçadas e memórias latentes. O *Unheimlich* deixa, assim, de pertencer à clínica do inconsciente e passa a operar como prática sensível — experiência de despossessão e abertura, onde o corpo que caminha torna visível o que o espaço tentou apagar.

As reflexões de Fernando Fuão, especialmente em seu ensaio “O Sentido do Espaço” (2003; versão blog 2012), oferecem uma poderosa sustentação teórica para a noção freudiana do *Unheimlich* ao espacializar o estranhamento. Para Fuão, o espaço não é uma geometria neutra, mas um acontecimento — composto por intensidades, fluxos e dobramentos que só se revelam através do corpo que caminha. Ele recorre à metáfora da fita de Möbius para mostrar como os limites entre dentro e fora, familiar e estranho, se entrelaçam, criando uma topologia que desafia a lógica simples da exterioridade.

Assim como o *Unheimlich* destrói a distinção entre o seguro e o ameaçador, Fuão mostra que a porta ou o labirinto arquitetônico evocam cisões existenciais: a porta é tanto passagem quanto ruptura, enquanto o labirinto simboliza a desorientação profunda. Ao caminhar, o sujeito estrangeiro não apenas circunscreve o espaço, mas o produz, revelando fissuras onde o familiar se dobra e se torna inquietante. Nesse sentido, a caminhografia — entendida como método sensível — torna-se uma prática psíquica e espacial: ela capta os vestígios do recalco, os des-

locamentos do sentido, e revela que o espaço vivido, tal como o inconsciente para Freud, é um espaço de dobraduras, rupturas e metamorfoses.

Esse debate pode ser aprofundado dialogando com tradições brasileiras do estranhamento e da inter-semiose. No ensaio “Estranho estranhamento (ostranenie)” (KOTHE, 1977), Flávio Kothe tensiona a percepção cotidiana ao mostrar como o estranhamento emerge como procedimento estético e formal, aproximando-se das operações discutidas aqui entre o familiar e o inquietante. Já *Literatura e sistemas intersemióticos* (2019) amplia essa perspectiva ao abordar passagens entre sistemas expressivos e processos de tradução sensível, o que fortalece a compreensão da caminhografia como prática que desautomatiza o olhar e produz sentidos no atravessamento entre corpo, espaço e imagem.

A partir dessa discussão ampliada do estranhamento, a leitura deleuze-guattariana radicaliza o movimento ao deslocar o foco para o devir e a produção de diferença, descentrando o olhar e abrindo o corpo ao fluxo das forças que atravessam o espaço urbano.

O inquietante não é mais o retorno do reprimido, mas o fluxo que rompe os códigos e desterritorializa o sujeito e o espaço (Deleuze & Guattari, 1995; Guattari, 1992). O inconsciente já não é teatro, mas máquina — campo de produção desejante. O *Unheimlich*, nesse sentido, não remete à perda, mas à potência: força que desfaz o mapa, dissolve o pertencimento e abre passagem à diferença. O corpo que caminha age como máquina desejante, cartografando intensidades e fissuras, traduzindo o urbano como campo de devir. O caminhar estrangeiro se aproxima, então, da ética da esquizoanálise: não interpretar o inconsciente da cidade, mas produzi-lo em ato, criar conexões entre corpos e territórios, habitar o intervalo. O estranho deixa de ser ameaça e torna-se condição de coexistência. Entre o inquietante freudiano e o devir deleuzeano, o caminhar inscreve-se como gesto de desterritorialização sensível, onde o corpo e a cidade se abrem um ao outro no movimento da diferença.

É nesse ponto que o corpo do caminhógrafo se define como estrangeiro. Não há domínio sobre o território, mas uma escuta em deslocamento, um estar com o espaço em estado de atenção.

O CAMINHÓGRAFO COMO ESTRANGEIRO

Francesco Careri, em *Walkscapes* (2002), identifica o caminhar como prática estética e fundadora da experiência humana. Desde as errâncias paleolíticas até as derivas situacionistas, andar constitui um gesto inaugural — uma forma de desenhar o mundo com os pés, estabelecendo relações temporais e espaciais que não se subordinam a mapas fixos ou a ordens pré-estabelecidas.

O caminhar, conforme Careri, não é um ato de conquista ou apropriação, mas uma travessia, errância, deriva — no sentido de Deleuze e Guattari — que se configura como movimento aberto à diferença e resistente à captura. Caminhar é criação contínua, uma inscrição efêmera que transforma o corpo em coautor do espaço, e este, em interlocutor sensível (Careri, 2002).

Nessa perspectiva, o caminhógrafo é sempre estrangeiro. Ele não domina o território; antes, deixa-se afetar por ele. Cada passo produz inscrição, um mapa que não representa, mas que se escreve na experiência, dissolvendo-se ao longo do percurso. A paisagem se reconfigura a cada gesto, instaurando uma temporalidade própria, marcada por desvios, pausas e desvios, em que o corpo se torna instrumento e mediador da sensação.

Essa condição de estrangeiro não se limita ao território: atravessa também o próprio corpo e a própria subjetividade. Hermann Hesse, em *O Lobo da Estepe* (2017), descreve o sujeito como múltiplo, sempre em trânsito entre forças internas que não se conciliam completamente — “não há em nós uma unidade, mas uma multiplicidade de almas”. Essa percepção de si como estrangeiro de si mesmo ressoa com a prática caminhográfica: caminhar expõe

o corpo às fricções do espaço, mas também às fricções internas, às tensões e hesitações que compõem o sujeito. A errância, assim, não é apenas espacial, mas existencial; o caminhógrafo estrangeiro desloca-se no território e simultaneamente desloca-se em si, abrindo-se para o inesperado, para o estranho e para o que ainda não tem forma.

A cidade, sob essa ótica, deixa de ser cenário estático e transforma-se em coautora do gesto. Caminhar equivale a dialogar com o espaço, mesmo quando o diálogo se apresenta incompreensível ou contraditório. O estrangeiro, nesse contexto, recusa a acomodação ao dado, mantendo-se em deslocamento, aberto à surpresa, à fricção e à diferença.

Paola Jacques, em *Elogio aos Errantes* (2013), aprofunda a dimensão ética e política da errância, ressaltando que andar sem destino fixo constitui uma forma de resistência à normatividade e à captura do espaço urbano:

Andar sem destino fixo constitui uma resistência à normatividade do espaço urbano; é um modo de perceber e cuidar do marginal, do invisível, do desordenado (Jacques, 2013, p. 45).

Para Jacques, o errante adota uma postura de atenção sensível, valorizando escuta, cuidado e reconhecimento do marginal, do invisível ou do desordenado, ao mesmo tempo em que percebe múltiplas temporalidades e camadas de sentido que escapam à lógica da eficiência ou da hierarquia espacial.

Nesse sentido, o caminhógrafo estrangeiro não apenas percebe o espaço, mas intervém eticamente, tornando visíveis lacunas, contradições e zonas de esquecimento. Jacques destaca que a errância produz uma geografia sensível, na qual trajetórias e desvios geram conhecimento inacessível a mapas convencionais (Jacques, 2013). Caminhar converte-

-se, assim, em ato de resistência estética, epistemológica e política, constituindo uma forma de habitar a cidade com atenção, abertura e cuidado.

Tim Ingold, em *The Perception of the Environment* (2000), reforça a dimensão epistemológica do caminhar, ao argumentar que a aprendizagem sobre o mundo ocorre no percurso, na interação sensível entre corpo e chão, e não na abstração de mapas ou planos:

A percepção do ambiente é inseparável do movimento pelo chão; a aprendizagem sobre o mundo acontece no percurso, na interação sensível entre corpo e solo (Ingold, 2000, p. 147).

A integração das perspectivas de Careri, Jacques e Ingold permite compreender que o caminhar estrangeiro constitui simultaneamente experiência sensível, prática ética e ferramenta crítica. Ele revela a cidade como espaço de coautoria: o corpo que caminha inscreve, escuta e traduz a complexidade urbana, promovendo encontros inesperados, tensões e aprendizagens que escapam à rotina. O caminhar transforma-se, portanto, em gesto de atenção radical, capaz de abrir o familiar ao estranhamente novo, de tornar visível o apagado e de afirmar o direito de existir e narrar a cidade de forma sensível, ética e criativa (Careri, 2002; Jacques, 2013; Ingold, 2000).

DEVIR-NÔMADE E FILOSOFIA DA DIFERENÇA

A filosofia da diferença, em Deleuze e Guattari, desloca o pensamento do ser para o devir. O que importa não é o que algo é, mas o que pode vir a ser (Deleuze & Guattari, 1995). O caminhar, nesse contexto, não se reduz a deslocamento físico ou à

mera trajetória: é um processo contínuo de subjetivação,²³ abertura à transformação e criação de modos de existência múltiplos. O devir-nômade do caminhógrafo dissolve fronteiras entre corpo e território, teoria e prática, pensamento e gesto. O corpo torna-se superfície de inscrição e meio do sensível, e a cidade, campo de forças em constante modulação. Caminhar transforma-se em acontecimento: espaço e corpo coproduzem sentidos que não se fixam, mapas que se constroem em tempo real e se dissolvem na experiência.

No *Verbolário da Caminhografia Urbana*, Eduardo Rocha e Taís Beltrame dos Santos caracterizam o caminhar como ação de “acompanhamento da vida”, prática de investigação da cidade com o corpo todo e para a diferença (Rocha & Santos, 2024). O *Verbolário* vai além de repertório lexical: é dispositivo de inscrição, pensamento em trânsito e instrumento de ação, no qual cada palavra ou verbo opera como gesto, estratégia de atenção e prática de registro sensível. Ele articula experiências coletivas, oficinas, caminhadas e registros, consolidando uma linguagem capaz de mapear intensidades, singularidades e invisibilidades da cidade. No *Verbolário*, verbo e gesto se confundem, e o corpo se torna canal de passagem, mediador de encontros imprevisíveis, enquanto a cidade se revela parceira do gesto caminhográfico, transformando-se em coautora do conhecimento produzido.

A caminhografia urbana, entendida dessa forma, não se limita ao ato de andar: ela traduz-se em experiência ética, estética e epistemológica. Embora surja em diálogo distante com a longa tradição das viagens ilustradas dos séculos XVIII e XIX — quando caminhar e deslocar-se eram compreendidos como exercícios de observação científica, descrição etnográfica ou contemplação romântica da paisagem —,

afasta-se profundamente da lógica que estruturava aqueles relatos. Nas narrativas de viagem desse período, o viajante descrevia o mundo a partir de um ponto de vista exterior, sustentado por certa distância analítica e pela expectativa de apreender e classificar o território observado. A caminhografia, ao contrário, desloca essa herança: não busca representar o espaço “de fora”, mas inscrevê-lo sensivelmente a partir de dentro, por meio de fricções, escutas e encontros que acontecem no próprio gesto de caminhar. Caminhar é tornar-se sensível às múltiplas temporalidades e camadas do território, registrar fissuras e lacunas, perceber o invisível, o marginal, o desordenado. A atenção não é neutra: implica responsabilidade, cuidado e abertura ao encontro, ao inesperado, à diferença.

Paulo Nazareth exemplifica de forma contemporânea esse devir-nômade. Sua série *Notícias da América* (2011–2012) percorreu a América Latina até os Estados Unidos, a pé ou de chinelos, constituindo investigação sensível e performática sobre identidades, deslocamentos sociais e legados coloniais (SESC TV, 2021). O corpo do artista torna-se instrumento de registro e mediação: o conhecimento não emerge de observação distante ou análise abstrata, mas do caminhar, da interação com territórios diversos e da inscrição de experiências em movimento. A residência móvel e as performances, registradas em imagens, relatos e encontros, transformam cada deslocamento em cartografia do instante e em gesto de atenção ética, estética e política.

O corpo de Nazareth, calejado e exposto, torna-se a própria crítica encarnada à “colonialidade do poder” (Quijano, 2000): ele subverte a hierarquia que historicamente reservou o direito de trânsito e de fala apenas ao corpo branco e ocidental, transformando a caminhada em um gesto de descolonização e afir-

23 Em Guattari (notadamente em *Caosmose: Um Novo Paradigma Estético*, 1992), a Subjetivação é definida como um processo contínuo de produção de si, e não como o reflexo passivo de uma identidade dada. Ela é o resultado do encontro entre os fluxos psíquicos, sociais e maquínicos, que se agenciam para a criação de novas singularidades. Esse processo é crucial para a caminhografia, pois sustenta a ideia de que o sujeito caminhante não apenas está em um lugar, mas se cria e se redefine no próprio ato do deslocamento, afirmando o devir em detrimento do ser fixo.

mação do “lugar de fala em movimento”. Ao pisar na bandeira dos EUA (Fig. 1), o artista performa uma declaração de inversão de fronteiras e hierarquias, onde a nação poderosa é reduzida à condição de superfície transitória. O pó e a sujeira em seus pés não são acidentais; são o arquivo vivo das histórias coloniais e diaspóricas inscritas na pele, forçando o público a confrontar a estética do marginalizado.

O livro *Paulo Nazareth: Arte Contemporânea/LTDA* (2020) sistematiza essa trajetória, reunindo performances, textos, registros visuais e reflexões sobre América Latina e diáspora africana. A obra articula arte, pesquisa e política, ampliando a noção de caminhografia para além do espaço urbano, configurando o corpo em devir-nômade como instrumento de crítica social, sensível e estética. Cada passo é abertura à alteridade e à diferença, produção de sentidos não hierárquicos, exercício de atenção e tradução do território.

A prática do *Verbolário*, associada a trajetórias como as de Nazareth, cria uma gramática do caminhar. Ele possibilita articular o ordinário e o extraordinário, registrar trajetórias e desvios, compreender a cidade como organismo vivo, dinâmico e multifacetado. Ao mesmo tempo, aproxima o caminhar da dimensão política: tornar visível o marginal, o apagado, o esquecido; abrir espaço para múltiplas temporalidades e perspectivas que resistem à normatividade espacial e social; produzir conhecimento que só se revela na experiência, na inscrição sensível, no devir do gesto.

A cartografia do instante, que atravessa o *Verbolário* e as práticas de Nazareth, evidencia que a experiência caminhográfica não é neutra. O mapa se constrói enquanto se caminha; a cidade responde ao gesto e ao corpo; intensidades, encontros e deslocamentos traduzem-se em sentido. O caminhar produz conhecimento sensível e ético: a cidade se torna coautora e o corpo, interlocutor do mundo em criação contínua.

Essa perspectiva amplia-se quando consideramos a dimensão coletiva da caminhografia. Oficinas, caminhadas formativas e registros colaborativos consolidam uma experiência que não é apenas individual, mas compartilhada, onde múltiplos corpos e sensações entram em diálogo com o espaço e entre si. O *Verbolário* organiza e traduz essas experiências, permitindo que trajetórias e desvios se articulem em conceitos, gestos e práticas que sobrevivem além do instante percorrido. Ele transforma a linguagem em ferramenta de atenção radical, ética e política, capaz de apreender aquilo que escapa aos mapas convencionais.

O devir-nômade, nesse sentido, não é apenas prática estética ou método de investigação; é gesto ético e político, capaz de revelar lacunas, tensões e invisibilidades, produzir conhecimento sensível e abrir novas formas de habitar a cidade. Caminhar torna-se ato de atenção, escuta e criação, inscrição contínua que transforma o corpo e o território, onde cada passo é possibilidade de transformação e cada desvio, gesto de abertura à diferença.

Assim, a caminhografia urbana, o *Verbolário* e as práticas de Nazareth convergem na constituição de uma cartografia do instante, na qual corpo, cidade e experiência se tornam inseparáveis. O corpo que caminha é interlocutor e instrumento, o espaço coautor, e a diferença gesto ético, estético e político. Caminhar é mais que movimento: é inscrição, criação de sentido, prática de investigação, resistência, abertura ao mundo e à alteridade, afirmando que o espaço se faz na experiência e que cada passo constitui possibilidade de transformação e produção de conhecimento sensível.

LUGAR DE FALA EM MOVIMENTO

Nas práticas contemporâneas de caminhografia (em particular aquelas conduzidas por mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e comunidades periféricas),

o lugar de fala²⁴ não é um ponto fixo ou uma identidade essencializada. É, antes, um movimento contínuo e relacional, que atravessa corpos, territórios, histórias e narrativas urbanas (Rocha & Santos, 2024). Inspirando-se nas formulações de Djamila Ribeiro, entende-se o lugar de fala como a possibilidade de enunciar experiências situadas, condicionadas por contextos históricos, sociais, culturais e corporais específicos (Ribeiro, 2017). Ele reconhece a posição singular de cada corpo, mas evidencia, simultaneamente, as complexas relações de poder, as desigualdades estruturais e as ausências — físicas, simbólicas e políticas — que marcam os espaços urbanos.

Embora este debate dialogue com tradições teóricas consolidadas — muitas delas marcadas pela hegemonia acadêmica europeia ou norte-americana — não se trata aqui de delegar autoridade epistemológica a uma cultura dominante. Ao contrário: reconhecer essas tradições implica também evidenciar seus limites e a necessidade de deslocá-las a partir de saberes situados, plurais e decoloniais. A caminhografia urbana opera justamente nesse intervalo crítico, afirmando vozes e experiências que escapam aos regimes clássicos de legitimação, por mais libertárias ou universalistas que tais tradições se declarem.

A perspectiva feminista e decolonial do lugar de fala enfatiza que a subjetividade não é dada, mas construída socialmente, atravessada por normas de gênero, heteronormatividade, colonialidade e hierarquias raciais e sociais. Judith Butler e bell hooks destacam que os corpos não apenas ocupam o espaço, mas se tornam corpos performativos, atravessados por relações de poder e formas de resistência (Butler, 1990; Hooks, 2018). Lugones acrescenta a noção de “múltiplos lugares de enunciação” (Lugo-

nes, 2007), reforçando que as identidades são atravessadas por interseccionalidades de gênero, raça, classe e território. Nesse contexto, o lugar de fala em movimento é tanto reconhecimento da experiência singular quanto instrumento de contestação das desigualdades: ele permite que corpos historicamente marginalizados expressem sua sensação do urbano, suas estratégias de ocupação e sua capacidade de transformação do espaço.

Quando incorporado à prática da caminhografia urbana, o lugar de fala adquire uma dimensão dinâmica e relacional. Ele circula, se transforma e negocia-se continuamente entre corpos, territórios e condições contextuais. A fala emerge do corpo em deslocamento, das fricções com o espaço, das trocas com outros corpos que caminham em conjunto, constituindo redes móveis de enunciação. Cada gesto, cada pausa, cada desvio não é apenas ação física, mas componente de um tecido de experiências compartilhadas que inscreve vozes, perspectivas e afectos no percurso.

O território também se manifesta nesse processo: fala através de suas rugosidades, marcas de presença e ausência, memórias invisíveis, histórias silenciadas e conflitos não reconhecidos, tornando sensíveis elementos que permaneceriam fora do alcance da cartografia normativa ou do planejamento urbano tradicional. A experiência de caminhar, nesse sentido, transforma o espaço em um dispositivo de escuta e leitura crítica, permitindo que as ausências, tensões e potências do urbano sejam percebidas e registradas.

O trabalho de Paulo Nazareth ilustra claramente a mobilidade do lugar de fala. Em *Notícias da América*, sua voz não se limita à narrativa pessoal: o trabalho é um gesto de escuta, diálogo e coautoria com múlti-

24 O conceito de Lugar de Fala é central nos estudos pós-coloniais brasileiros (popularizado por Djamila Ribeiro) e enfatiza a posição social, histórica e política a partir da qual o sujeito se expressa. No entanto, neste artigo, ele é articulado com a Filosofia da Diferença (Deleuze & Guattari) para ir além da identidade fixa. O Lugar de Fala em Movimento é proposto como uma posição relacional, transitória e nômade, que se constrói na *multiplicidade* do caminhar e no *dever* do corpo, nunca se fechando em uma identidade essencializada, mas sim afirmando o direito de narrar *no* e *a partir* do deslocamento e da alteridade.

plas identidades, histórias e vozes das comunidades atravessadas. O corpo em movimento transforma-se em canal de expressão política, tornando visível o que foi historicamente silenciado e registrando tensões, afetos e encontros no território (Rocha & Santos, 2024). Caminhar se apresenta como dispositivo de tradução sensível, capaz de inscrever subjetividades, produzir saber situado e reconfigurar o espaço urbano por meio da atenção, sensação e ação compartilhada.

Essa abordagem encontra interlocução na geografia crítica, que problematiza a neutralidade do espaço urbano e enfatiza as relações de poder, desigualdade e conflito que estruturam as cidades. David Harvey demonstra que a produção do espaço urbano é sempre política, atravessada por disputas de classe, exclusão social e dinâmica econômica (Harvey, 2014). Edward Soja, ao trabalhar com a noção de “Thirdspace”, mostra que o espaço vivido combina dimensão material, social e imaginativa, sendo simultaneamente espaço de poder e de resistência (Soja, 1996). Deste modo, o lugar de fala em movimento evidencia a cidade como campo de tensões e negociações, no qual corpos historicamente marginalizados reivindicam presença, reconhecimento e direito à cidade, transformando percursos cotidianos em práticas de visibilidade e resistência.

Os estudos urbanos decoloniais ampliam essa compreensão, evidenciando que o espaço urbano é atravessado por heranças coloniais que estruturam exclusões raciais, de classe e de gênero (Quijano, 2000; Mignolo, 2007; Escobar, 2018). O caminhar torna-se, nesse contexto, gesto de descolonização do sentido: ocupar o espaço público, produzir conhecimento situado e afirmar presenças historicamente marginalizadas. A caminhografia atua como prática ética, política e estética, transformando o corpo em agente de reconhecimento, escuta e visibilidade no urbano, capaz de interrogar a colonialidade do espaço, os modos de exclusão e as hierarquias incorporadas.

Essa colonialidade da movimentação — quem se desloca e sob quais condições — aparece de modo emblemático na iconografia do século XIX, como nas

gravuras de Johann Moritz Rugendas que retratam encontros entre viajantes europeus e povos indígenas: o europeu montado, elevado, deslocando-se com domínio; o indígena a pé, exposto, inscrito no chão (Fig. 2). Esse contraste visual explicita que o caminhar nunca foi neutro, mas marcado por relações assimétricas de poder, técnicas e territorialidade. Ao recuperar o caminhar como gesto epistemológico e político, a caminhografia reinscreve esse gesto historicamente subalternizado, deslocando o olhar colonial que hierarquizou corpos, modos de locomoção e formas de presença no espaço urbano e territorial.



Fig. 2 - Encontro de Índios com Viajantes Europeus, Johann Moritz Rugendas, c. 1835. Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/85928-encontro-de-indios-com-viajantes-europeus>

A filosofia do devir, tal como formulada por Deleuze e Guattari, oferece outra chave interpretativa para o lugar de fala em movimento. O devir desloca o pensamento do ser fixo para a potência de transformação, privilegiando aquilo que algo pode vir a ser em relação ao que é (Deleuze & Guattari, 1987). Aplicada à caminhografia, evidencia que o lugar de fala não é posição estática nem identidade capturada por papéis históricos cristalizados — como a condição colonial que tende a fixar vozes e expectativas —, mas uma topologia de circulação: anda, circula, transforma-se junto com corpos, territórios e encontros. Cada caminhada, cada gesto e cada desvio potencializa modos de ser e de estar na cidade que não se

reduzem a identidades determinadas de antemão, mas articulam diferença, abertura e multiplicidade, produzindo formas inéditas de experiência, sensação e narratividade urbana.

O lugar de fala em movimento conecta-se às cartografias sensíveis do urbano. Diferentes dos mapas tradicionais, que organizam o espaço de forma abstrata ou normativa, essas cartografias registram sensações, afetos, memórias e narrativas sociais. Revelam relações de presença e ausência, visibilidade e invisibilidade, centralidade e marginalidade, permitindo que corpos em movimento se reconheçam como produtores de sentido e transformação urbana. Caminhar, nesse sentido, constitui prática de conhecimento crítico e sensível, capturando dimensões do urbano invisíveis a métodos tradicionais de análise espacial e planejamento urbano.

Grada Kilomba observa que “falar é um ato político, porque é o ato de recuperar o próprio corpo da colonialidade” (Kilomba, 2019, p. 33). Embora o caminhar esteja presente nas narrativas de viajantes europeus dos séculos XVIII e XIX — como nos relatos de Spix e Martius (1981), Saint-Hilaire (1975), Debret (1978) e Rugendas (1972) —, nesses registros o deslocamento era inscrito no regime colonial do olhar: caminhava-se ou circulava-se para medir, classificar, descrever e transformar o território em paisagem exótica, recurso ou objeto de saber. O território não era escutado, mas examinado; o outro não era interlocutor, mas figura de observação. A caminhografia, ao contrário, rompe com essa tradição ao compreender o caminhar como gesto de implicação e não de domínio, como prática de presença e não de captura, enraizada em saberes situados e na experiência encarnada do espaço. Analogamente, a caminhografia transforma o deslocamento em gesto de descolonização do sentido: retomar o direito de existir, ocupar o espaço público e produzir conhecimento situado. Cada corpo que caminha, cada voz que se manifesta, cada gesto inscrito no território constitui prática ética, política e estética, articulando identidade, diferença e potência transformadora.

O lugar de fala em movimento não apenas reconhe-

ce experiências situadas, mas reconfigura a relação entre corpo e espaço, transformando o caminhar em gesto ético, político e estético. Inscreve a diferença no corpo, no território e no mapa sensível da cidade, tornando o urbano um campo de experiências compartilhadas, coautoria coletiva e produção de conhecimento situado. Caminhar visibiliza presenças marginalizadas, afirma direitos urbanos e constrói espaços mais inclusivos, conscientes e politicamente engajados. A prática do corpo no espaço não apenas ocupa, mas transforma, produz e narra a cidade, oferecendo caminhos para uma urbanidade plural, crítica, sensível e aberta às potências do devir.

O ESTRANGEIRO COMO MÉTODO

Pensar a caminhografia como prática estrangeira é afirmar o não saber como método de investigação e experiência do espaço urbano. Esse não saber não se confunde com ignorância ou falta de preparo: trata-se de uma postura epistemológica deliberada, que desloca o centro da atenção do domínio técnico e da previsibilidade para a experiência situacional, sensível e relacional. O caminhógrafo que se move sem mapa, roteiro pré-estabelecido ou trajetos previsíveis não está desinformado; está disponível ao encontro, àquilo que a cidade tem a revelar sem ser previamente categorizado ou controlado. Caminhar como estrangeiro é resistir à captura do espaço pelo sentido utilitário ou normativo, recusando a apropriação instrumental do urbano e abrindo espaço para a emergência do inesperado, do contingente e do sensível.

No Verbolário da Caminhografia Urbana, essa postura manifesta-se nos conceitos de “des-reflexão” e “não-análise” (Rocha & Santos, 2024). Caminhar não para comprovar hipóteses, atingir objetivos ou produzir conhecimento previsível, mas para permitir que algo aconteça: que a cidade fale por suas fricções, ausências, intensidades e ritmos invisíveis, inscritas na experiência sensível do corpo. A prática estrangeira não visa dominar o território, mas ha-

bitar suas irregularidades, tensionando categorias consolidadas de centro e margem, visível e invisível, presença e ausência.

Paulo Nazareth oferece exemplo paradigmático desta metodologia. Em *Notícias da América*, o artista atravessa cidades e territórios de maneira não linear, expondo-se a encontros imprevisíveis, deslocamentos culturais e tensões históricas. Seus mapas não representam o espaço de forma convencional; escrevem o encontro com a diferença, revelando vulnerabilidades, afectos e narrativas que escapam à objetividade normativa. O estrangeiro, nessa perspectiva, é figura epistemológica: pensa e percebe desde fora, recusando domesticar o mundo por meio de categorias conhecidas, e deslocando a atenção para o que é marginalizado ou invisível.

Habitar a cidade como estrangeiro significa desafiar regimes de visibilidade e hierarquias espaciais que definem o que é “centro” e o que é “margem”, o que merece atenção e o que é descartado. Caminhar como estrangeiro é gesto sensível e político: abre espaço para o que não cabe, percebe o que escapa às normatividades, cria relações de atenção com corpos e territórios marginalizados e transforma o deslocamento cotidiano em experiência ética e crítica. A prática do caminhar estrangeiro articula uma ética do deslocamento, na qual cada passo se constitui em gesto de reconhecimento, escuta e abertura para o imprevisível.

Essa dimensão aproxima-se da noção de *hospitalidade*, formulada por Jacques Derrida, retomada por Dirce Solis e Fernando Fuão (2014), segundo a qual acolher o outro implica aceitar o desconforto, a tensão e a diferença, sem absorvê-los ou domesticá-los. A caminhografia estrangeira é exercício de hospitalidade inquieta: permite-se ser afetado pelo espaço e pelos corpos que nele circulam, sem transformá-los em objeto de controle ou posse. Caminhar torna-se prática ética e sensível, gesto de coexistência e aprendizagem, forma de habitar o urbano de modo não proprietário, atento às presenças e ausências, aos ruídos, às intensidades invisíveis e às potências transformadoras do território.

A epistemologia do não saber se articula com a filosofia do devir de Deleuze e Guattari, na qual a experiência não é determinada pelo ser fixo, mas pela potência de transformação e acontecimento (Deleuze & Guattari, 1987). O corpo que caminha como estrangeiro não busca reproduzir identidades, hierarquias ou estruturas preestabelecidas, mas explorar modos de ser e estar que emergem do encontro com o urbano. Cada gesto, cada pausa, cada desvio potencializa novas formas de relação com o espaço, com os outros corpos e com o próprio processo de conhecimento. O caminhar estrangeiro não se limita à ocupação do território: produz cartografias sensíveis, narrativas emergentes e modos de ver e sentir que escapam à normatividade e à lógica utilitária.

Essa perspectiva é reforçada por estudos decoloniais e geografia crítica. Aníbal Quijano e Walter Dignolo destacam que o espaço urbano é atravessado por heranças coloniais, que hierarquizam corpos, saberes e territórios (Quijano, 2000; Dignolo, 2007). A caminhografia estrangeira, ao deslocar corpos historicamente marginalizados, constitui gesto de descolonização: retoma o direito de existir, de ocupar o espaço público e de produzir conhecimento situado, subvertendo regimes de exclusão e deslocando narrativas urbanas. A prática articula epistemologia, política e ética: cada caminhada reconfigura relações de poder, visibilidade e atenção, evidenciando ausências e potências do espaço.

O estrangeiro como método se articula também com cartografias sensíveis da cidade, que não se limitam à representação formal do espaço, mas registram sensações, afectos, memórias, experiências e relações de poder. Tais cartografias permitem visualizar intensidades, fricções e ausências que escapam a mapas convencionais, produzindo conhecimento situado e crítico. A prática da caminhografia estrangeira, nesse sentido, transforma o corpo que caminha em instrumento de tradução do urbano, produtor de narrativas e de experiências espaciais que tensionam normas, hierarquias e expectativas sobre a cidade.

A caminhografia estrangeira é, portanto, prática me-

todológica, política e estética. É metodológica porque organiza a sensação e o deslocamento a partir do não saber, da abertura e da atenção às intensidades do espaço. É política porque questiona hierarquias, visibiliza marginalidades e produz coautoria entre corpos e territórios. É estética porque permite que o urbano se manifeste em suas dimensões sensíveis, afetivas e expressivas, valorizando experiências que escapam à racionalidade normativa. Caminhar como estrangeiro é, assim, gesto de invenção e escuta crítica do espaço urbano, articulando subjetividade, ética, potência deviriana e produção de conhecimento situado.

POLÍTICA DO FORA

A caminhografia como Prática Estrangeira é inseparável de uma Política do Fora. Inspirado na leitura que Foucault faz de Maurice Blanchot, o Fora não se refere a um exterior geográfico, mas à força impessoal e irreduzível que resiste à captura. É a zona de indiscernibilidade que se localiza no limite da linguagem, do pensamento e da identidade (Foucault, 1990; Blanchot, 1990). Transpor essa discussão para o espaço urbano significa entender que o caminhar, ao desviar-se das rotas codificadas e afirmar o devir-nômade, rompe com a organização do Estado. A Política do Fora é, portanto, o gesto de abrir o espaço para o que ainda não foi cartografado nem nomeado, permitindo que a diferença se afirme e que o agenciamento coletivo – em vez do sujeito individual – emerja na fissura do cotidiano.

Ao reconhecer-se estrangeira, a caminhografia urbana afirma uma política do fora. Essa política não é mera postura metodológica, mas gesto ético, estético e político que articula sensação, experiência corporal e conhecimento situado. Trata-se de produzir saber sem pretensão de totalidade, de permitir que o pensamento, a sensação e o corpo se exponham às intempéries do mundo urbano. O caminhar estrangeiro assume, portanto, a vulnerabilidade como condição epistemológica e ética: é justamente nessa

exposição à incerteza, ao desajuste e à fricção com o espaço que se revela a potência do gesto. Ser estrangeiro na cidade significa abrir-se à multiplicidade de vozes, intensidades e ritmos que atravessam o território, reconhecendo a urbanidade como processo aberto, incompleto e heterogêneo.

A política do fora evidencia que o urbano não se reduz às presenças visíveis, mas é constituído por um conjunto de ausências que estruturam desigualdades e relações de poder: lugares abandonados, corpos marginalizados, vozes silenciadas, histórias apagadas ou invisibilizadas pelo tempo, pela ordem dominante e pelas práticas de planejamento e controle. Caminhar neste contexto é gesto de restituição simbólica: tornar visível o invisível, escutar o que o ruído e a rotina da cidade abafaram, tocar o mundo com atenção sensível e reconhecimento. Suely Rolnik observa que “cartografar é tocar o mundo com o corpo” (Rolnik, 2014), e esse toque se realiza sempre na alteridade: o caminhar estrangeiro é gesto de abertura, escuta e reconhecimento do outro e do espaço enquanto outro.

A residência móvel de Paulo Nazareth, exemplificada em Notícias da América, ressoa com essa política do fora. Ao atravessar territórios diversos, ele produz conhecimento sensível sem pretensão de totalidade, expondo-se às vulnerabilidades sociais, históricas e políticas do espaço atravessado. O gesto de caminhar torna-se, nesse sentido, prática de coexistência: ética de atenção às ausências e marginalidades, cartografia da diferença e reconhecimento de territórios afetivamente vividos. Caminhar estrangeiro é aprendizado contínuo de habitar o intervalo, o impermanente e o incompleto, e de transformar deslocamento em cuidado, atenção e coautoria com o espaço.

A política do fora se articula com perspectivas decoloniais, ao deslocar o sentido do centro normativo e privilegiado para margens e ausências que historicamente foram silenciadas. A prática estrangeira não busca compreender a cidade de forma totalizante ou dominadora; busca coexistir com ela, respeitar suas contradições, lacunas e desvios. A caminhogra-

fia propõe, assim, uma ética do encontro: aprender a habitar o interstício, o espaço incompleto, o ritmo múltiplo do urbano. Cada passo é oportunidade de atenção, cuidado e escuta, processo de produção de conhecimento situado e abertura à experiência do espaço enquanto fenômeno vivo e inacabado.

A dimensão estética da política do fora se manifesta na relação com a diferença, a fricção e a vulnerabilidade. Não se trata de uma estética da harmonia, da simetria ou da beleza convencional, mas de uma estética do encontro, do gesto, da inscrição sensível do corpo no espaço. O caminhar estrangeiro transforma o corpo em lugar de experiência e registro: cada gesto, pausa, desvio ou fricção corporal torna-se forma de inscrição urbana. Ética e estética se encontram naquilo que Rolnik e Derrida apontam como hospitalidade inquieta: acolher o outro, o estranho, o marginalizado no espaço urbano, sem pretensão de apropriação ou dominação.

A caminhografia estrangeira, portanto, condensa dimensões metodológicas, éticas e estéticas: combina a tarefa de criar cartografias sensíveis com a prática de habitar o intervalo e a diferença. Caminhar pelo que é invisível, marginalizado ou ausente constitui ato de atenção, cuidado e coautoria com o território. É gesto de escuta crítica, abertura ao devir do urbano e reconhecimento de que o espaço e a experiência são sempre processos em transformação, em constante negociação entre corpos e territórios. A política do fora revela, assim, que o caminhar não é apenas deslocamento físico, mas produção de conhecimento situado, ética do cuidado e prática estética de visibilização, atenção e sensibilidade às potências, ausências e intensidades que constituem a cidade.

A Política do Fora culmina, assim, na formulação de pistas nômades, que não encerram o percurso, mas o mantêm em deriva – cartografia sempre por vir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – PISTAS NÔMADES

A caminhografia estrangeira não é apenas uma metáfora do deslocamento; ela é prática concreta, situada e sensível, um gesto que se realiza simultaneamente no corpo, no espaço e no tempo. Ao propor esta nova pista provisória — que podemos sintetizar em “caminhografar é estranhar” — abrimos a possibilidade de pensar o ato de caminhar como um processo de tradução, desposseção e invenção de sentido. O conhecimento, nessa perspectiva, não é acumulado ou controlado, mas construído em movimento, sempre fora de lugar, sempre em devir.

Essa pista se entrelaça às dez primeiras do Verbolário da Caminhografia Urbana, mas desloca seu eixo: do corpo que apenas caminha para o corpo que caminha e fala, que pensa pelo espaço, que produz sentidos na tensão entre exílio e diferença. O lugar de fala, nessa dimensão, transforma-se em topologia móvel, atravessada por ventos, intensidades, afectos, encontros e divergências. Ele não é mais um ponto fixo de enunciação, mas fluxo de circulação de vozes e sensações que dialogam com o urbano em constante transformação. Cada passo torna-se inscrição, cada gesto se converte em voz, cada desvio se abre como possibilidade de novas conexões e narrativas.

Caminhar, portanto, constitui forma de resistência à fixação e à normatividade: manter o pensamento em deriva, permanecer atento às fricções, às ausências, aos deslocamentos e aos invisíveis. É gesto de coautoria com a cidade, que transforma o corpo em instrumento de tradução sensível e ética, capaz de revelar o que o espaço apagou e de afirmar o que resiste. A caminhografia, assim, não apenas registra o urbano; ela produz conhecimento situado, ética do cuidado e cartografia sensível do espaço em suas dimensões materiais, sociais, afetivas e simbólicas.

O trabalho de Paulo Nazareth reforça essa dimensão de forma paradigmática: seu corpo em trânsito e seus sentidos atentos tornam visíveis tensões histó-

ricas e sociais, produzem conhecimento a partir do encontro com a diferença e transformam o gesto de caminhar em cartografia da alteridade e ética do devir (Rocha & Santos, 2024). Ao atravessar territórios diversos, seu percurso evidencia que o estrangeiro não se limita à figura do deslocamento geográfico: é também postura ética, sensível e política de atenção às ausências, marginalidades e intensidades do urbano.

Talvez resida aí a tarefa ética e estética central da caminhografia urbana: habitar o estrangeiro, permanecer estrangeiro, criar e caminhar pela diferença, transformando o deslocamento em gesto de atenção, abertura, resistência e cuidado. A prática caminhográfica, ao insistir no movimento, na impermanência e na vulnerabilidade, constitui cartografia da diferença, escrita do corpo e do espaço que nunca se fixa, sempre em trânsito, sempre em criação, sempre em diálogo com o devir da cidade.

Mais do que método, gesto ou registro, a caminhografia estrangeira propõe ética e estética integradas: cuidado com o outro e com o espaço, atenção às ausências e tensões, escuta das vozes e intensidades invisíveis, produção de sentidos em fluxo. Caminhar torna-se prática de abertura ao imprevisível, experimentação do não saber e exercício de coautoria urbana, na qual corpo, espaço e diferença se articulam para gerar produção sensível, situada e política do conhecimento

Em última instância, as pistas nômades da caminhografia nos convidam a perceber que a cidade não é objeto a ser dominado, mas campo de experiência, escuta e criação. O estrangeiro, ao percorrer, perceber e registrar, realiza um gesto de tradução, de ética situacional e de produção de sentido que desafia permanências, fixações e hierarquias, transformando o caminhar em política do fora e em cartografia viva da diferença.

Assim, a caminhografia estrangeira inscreve-se como contribuição metodológica e sensível aos estudos urbanos contemporâneos, oferecendo uma epistemologia do movimento e do fora — um modo

de pensar, sentir e produzir cidade desde a diferença.



Fig. 3 - Notícias da América, Paulo Nazareth, 2011-2012. Fonte: <https://desapropriamdemim.com.br/paulo-nazareth-noticias-da-america/>

REFERÊNCIAS

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Maria Luiza X. Paris: Martins Fontes, 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. *Vida Precária: O poder do luto e da violência*. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia,

1978.

DERRIDA, Jacques. *Da Hospitalidade*. Tradução de Fernanda Bernardo. São Paulo: Escuta, 2003.

ESCOBAR, Arturo. *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.

FOUCAULT, Michel. *O Pensamento do Exterior*. São Paulo: Editora Princípio, 1990.

FREUD, Sigmund. Das Unheimliche (1919). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUÃO, Fernando. *O sentido do espaço: em que sentido, em que sentido?* 2012. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2012/10/o-sentido-do-espaço.html>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: Um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 87-101.

HESSE, Hermann. *O lobo da estepe*. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Record, 2017.

HOOBS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas apaixonadas*. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.

INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. Johann Moritz Rugendas. Enciclopédia Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pes-soa2500/johann-moritz-rugendas>. Acesso em: 25

nov. 2025.

JACQUES, Paola. *Elogio aos Errantes: errância e flânerie na arquitetura e na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2013.

KOTHE, Flávio. Estranho estranhamento (ostrane-
nie). *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 20 ago. 1977. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/websuplit/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

KOTHE, Flávio. Narrativa trivial: estranhamento e formalismo. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, n. 39, p. 58-78, mar. 1980.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 33.

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror. An essay on abjection*. Nova Iorque: Editora Columbia University Press, 1982.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 4, p. 73-101, jan./dez. 2007.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Melhoramentos, 1981.

MIGNOLO, Walter D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 449-514, 2007.

NAZARETH, Paulo. [Fala em entrevista]. In: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, maio 2013.

NAZARETH, Paulo. Notícias da América, 2011-2012. In: DESAPROPRIA-ME DE MIM. [S. l.], [20--]. Dispo-

nível em: <https://desapropriamdemim.com.br/paulo-nazareth-noticias-da-america/>. Acesso em: 29 out. 2025.

NAZARETH, Paulo. *Paulo Nazareth: Arte Contemporânea / LTDA*. Organização: Isabel Diegues & Ricardo Sardenberg. São Paulo: Editora Cobogó, 2012.

PRÊMIO PIPA. Paulo Nazareth caminha (literalmente) para residência artística em NY como parte do Prêmio PIPA 2016. [S. l.], maio 2017. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/2017/05/paulo-nazareth-caminha-literalmente-para-residencia-artistica-em-ny-como-parte-do-premio-pipa-2016/>. Acesso em: 29 out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2017.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos. Como é a Caminhografia Urbana? Registrar, Jogar e Criar na cidade. *Arquitextos*, n. 281, 2023.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos. *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Editora Caseira, 2024.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SESC TV. *Paulo Nazareth*. [Vídeo]. São Paulo: Sesc TV, 6 set. 2021. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=m5hP12H3Ruc>.

Acesso em: 29 out. 2025.

SOJA, Edward W. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Malden: Blackwell Publishers, 1996.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando (orgs.). *Derrida e Arquitetura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

VIDLER, Anthony. O campo ampliado da arquitetura. In: SYKES, Krista. *O campo ampliado da arquitetura: Antologia teórica 1993-2009*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.